



**PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UNIFICADO E CONSERVADOR OU DIVERSIFICADO E INOVADOR?**

**BRAZILIAN PORTUGUESE:
UNIFIED AND CONSERVATIVE OR DIVERSIFIED AND INNOVATOR?**

Cássia Regina Tomanin*

Resumo: Este texto pretende retomar a discussão sobre as características do português falado no Brasil. Há basicamente dois blocos de adjetivos para caracterizar esta língua; de um lado há estudiosos defendem que este português é bastante conservador e unificado; de outro há os que têm convicção de que se produziu no Brasil um português inovador e bastante diversificado. Por meio da descrição de alguns fenômenos lingüísticos registrados no município de Alto Araguaia-MT e de sua comparação com os mesmos fenômenos ocorridos em outras localidades, sustenta-se a idéia de que o português brasileiro é bastante conservador, mas não tão unificado. Assim, é proposta aqui a dissociação dos termos conservação/unidade e inovação/diversidade.

Palavras-Chave: conservação, diversidade, fenômenos lingüísticos, inovação, unidade.

Abstract: This text intend to retake the discussion about features of the Portuguese spoken in Brazil. There is basically two blocks of adjectives to characterize this language; there are studios defending that this Portuguese is quite conservative and unified; others are convicted that was produced in Brazil an innovator and quite diversified Portuguese. By the description of some linguistics phenomenon registered in Alto Araguaia-MT and in its comparison with the same phenomenon happened in others places, support the idea that brazilian Portuguese is conservative, but not unified. So, it is proposal here the dissociation of the terms conservation/unity and innovation/diversity.

Key Words: conservation, diversity , linguistic phenomenon, innovation, unity.

* Professora de Língua Portuguesa da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT- Alto Araguaia. cassiatomanin@bol.com.br



Introdução

O presente texto se faz com duplo objetivo: 1-trazer à tona (mais uma vez!) a questão da caracterização do PB e 2-submeter as hipóteses aqui apresentadas à crítica e discussão. Os dados apresentados, sobre os quais se constituem nossas conclusões são de uma pesquisa anterior que consistiu na descrição da fala de Alto Araguaia, município mato-grossense, com 11.332 habitantes na época da pesquisa, ano de 2001, e caracterizado pelo intenso movimento migratório.

Uma pesquisa posterior, de comparação daquela variedade linguística com outras de outras regiões brasileiras, mostrou que os fenômenos linguísticos, sejam de natureza fonética ou morfossintática, são, em sua maioria, os mesmos, o que acaba por definir uma variedade diatópica como sendo um conjunto de fenômenos sistemáticos em algumas localidades, variáveis em outras, alguns significam marca social em algumas regiões, mas não em outras. Enfim, o que estamos assumindo é que a maioria dos fenômenos registrados no Brasil são os mesmos, são poucas as marcas linguísticas exclusivas de uma comunidade de fala, o que a caracteriza é, portanto, a organização, a combinação de tais fenômenos

Sabemos, pela história do Brasil, que o português não se fixou na mesma época e do mesmo modo em todas as regiões do país. Como bem lembra Castilho (2001) São Paulo ficou distante das ocorrências lusitanas, algumas regiões nordestinas, por conta do comércio do açúcar recebia muita gente de fora e o Rio de Janeiro, pela instalação da corte portuguesa, recebeu as inovações ocorridas em território português. Esse quadro sugere que poderia haver diversos PBs, mas, como pretendemos mostrar aqui há algo linguisticamente comum neste imenso país, que pela própria natureza provoca a diversidade, mas que, talvez contrariando as expectativas, mantém traços de conservação do português da época de sua implantação no Brasil.

Há alguns fenômenos que por algum tempo foram considerados brasileirismos, mas uma visita a documentos lusitanos antigos, mostrou que tal “inovação” teria vindo de Portugal, e penetrado no interior do Brasil pelo movimento Entradas e Bandeiras. É o caso, por exemplo, da pronúncia [tʃ] e [dʒ] para [ʃ] e [ʒ],

respectivamente, encontradas na fala da baixada cuiabana, que produz formas como [‘petše]- (peixe) e [ka’dzu]- (caju), atribuídas por algum tempo à influência de línguas indígenas, frequentes na região, mas que já estavam registradas no português arcaico.

A título de exemplo de como as opiniões se dividem, destacamos o caso do uso do pronome reto como objeto, fenômeno comum na fala de qualquer brasileiro; os trabalhadores rurais usam, os informantes do NURC também, como em: “(...) *que vão tentar não deixar ele se repetir.*” (NURC- DID-SP – Inquérito 360)

Alguns estudiosos, entre eles Chaves de Melo (1946) consideram tais construções como conservação do português arcaico, entre eles citamos Ismael de Lima Coutinho, (1968) que insiste que este fenômeno é um “falso brasileiro” assim como tantos outros casos de “velhos lusismos”. O autor se vale dos argumentos de Rui Barbosa:

Costumam todos os filólogos, diz Rui Barbosa, designar por brasileiro (e eu em tal conta sempre o tive, até não há muito) o uso do pronome pessoal êle, ela, eles, elas, como objeto do verbo: ‘Eu vi êle. Eu deixei êle’. Dessa prática, entretanto, bastantes casos se me deparam nos clássicos mais antigos (COUTINHO, 1968, p. 338)

Nem todos, no entanto, concordam com tal classificação.

Amadeu Amaral (1920) embora reconhecendo que o pronome objeto existiu no português arcaico, afirma que essa construção se produziu no Brasil, independentemente do que se viu no “*período ante-clássico do português*”, já que lá o fenômeno não teve continuidade (AMARAL, 1920, p.59).

A opinião de Amaral é compartilhada por Antenor Nascentes (1922) que afirma que “*é um dos brasileirismos mais característicos o uso do pronome reto na função de objeto direto: vi êle, encontrei ela*”. (NASCENTES, 1922, p.120). O estudioso afirma ainda que a construção de objeto direto com pronome reto atinge todas as classes brasileiras, mesmo os intelectuais. Diz o estudioso “*confesso que na linguagem familiar não falo de outro modo, mesmo porque sinto um tom pouco brasileiro no emprego dos pronomes o, a, os, as*” (NASCENTES, 1953, p. 127).

Mário Marroquim (1934) assegura que o uso do pronome reto na função de objeto é uma construção brasileira. Embora também reconheça que a construção tenha existido no português arcaico, o autor afirma que “*A falta de continuidade dessa sintaxe no antigo português, e a ausência dela, na língua popular do Portugal de hoje, levam-nos a admitir essa construção como um fato dialetal espontâneo, sem qualquer reminiscência arcaica*”. (MARROQUIM, 1934, p. 178). O autor acrescenta que no Nordeste “*os pronomes o, a, os, as desapareceram completamente*” (MARROQUIM, 1934, p. 182). Para o autor as alterações sintáticas ocorrem com a finalidade de promover melhor clareza de expressão, assim, o fenômeno decorreria do que teria acontecido com o verbo *pedir*. A oração “*Pediu que ele fosse*” pode ser expressa também com o verbo de forma intransitiva: “*Pediu pra ele ir*”. Tal possibilidade teria se

generalizado e contaminado outros verbos, mesmo aqueles que não fossem intransitivos. Assim, “*mandou que ele viesse*” passou a “*mandou ele vir*”, e assim sucessivamente (MARROQUIM, 1934, p. 171).

Câmara Jr. (1986) contesta e explicação de Marroquim, abordada acima, já que a considera uma “*falsa analogia*”, pois, se “*mandou ele fazer*” originou “*mandou ele*” então “*mandou eu fazer*” deveria originar “*mandou eu*”, o que, segundo Câmara Jr. não ocorre. Para o estudioso a questão não se explica do modo proposto por Marroquim nem representa um traço conservador do português arcaico. Câmara Jr. afirma que este traço, caracteristicamente brasileiro, que ocorre na fala de todos os níveis sociais, limita-se à ao caso do pronome reto *ele*. Para caracterizar uma construção arcaica seria preciso entendermos porque não ocorre o mesmo com *mim* e *ti*. Há ainda o fato de que tal construção seria encontrada no português arcaico em exemplos esporádicos (para efeito de ênfase talvez) e não com a espontaneidade e frequência com que ocorrem no português brasileiro atual.

Para Câmara Jr, o *ele* em função acusativa ocorre por uma aproximação do pronome com os nomes e com o demonstrativo, o que tornou *ele* um pronome sintaticamente invariável. Este fenômeno teria ocorrido em função de ter *ele* a mesma forma-base que têm os nomes e os demonstrativos, capaz de receber flexões de gênero e número.

Teixeira (1938) explica que os pronomes retos eu, tu, ele e nós, “*no latim eram nominativos – sujeitos, e no português conservam este caráter subjetivo - no falar mineiro e no dialeto brasileiro em geral são usados em função objetiva: - manda eu, chamou eu, pega ele, tá olhando nós, mandou tu (só enfático)*” (TEIXEIRA, 1938, p. 79) e acrescenta que “*Os pronomes nominativos eu, tu, ele, nós, mais que os outros pronomes oblíquos, preponderam na língua inculta, na expressão do sujeito*”, (TEIXEIRA, 1938, p. 82). Já em Portugal, devido à influência humanista (predomínio do uso latino) o uso de ele/ela é comum mesmo nas classes altas, ao passo que o uso de eu/nós em função acusativa é limitado à fala das classes incultas e semicultas.

Descrição e análise de alguns fenômenos

A discussão exposta acima, como dito, ilustra a dificuldade que se tem em conceituar o português brasileiro. Há ainda vários outros fenômenos que suscitam tal discussão, mas perseguindo o principal foco abordado neste texto, retiramos do trabalho de Tomanin (2003) alguns exemplos que evidenciam como alguns fenômenos tem comportamento distinto em várias regiões brasileiras.

- **alçamento das vogais [e] e [o] átonas finais**

Em algumas comunidades da região Sul do país é percebido como erro, nas demais regiões do país é fenômeno sistemático, excetuando-se áreas rurais paulistas e a baixada cuiabana.

- ***desproparoxitonização***

Ocorre em todo o território nacional, mas atinge vocábulos diferentes em cada região: náfico, segundo Marroquim (1934, p. 44) é pronunciada como tal no Nordeste, já no Paraná (AGUILERA, 1994 – Carta 76. PI 13. Inf. B) registram-se as formas *nafu*, *nafru*, *naxfru*, *naxtru*, *naifi*, *naxtu*, *naxku*, além da forma proparoxítona.

Na maioria das vezes esse traço significa marca social, mas as formas “abobra” e “cosca” não são percebidas como erro, já que fazem seu diminutivo em “abobrinha” e “cosquinha”, respectivamente.

- **artigo definido antes de antropônimos**

Na região do Alto Araguaia, no Nordeste e no Rio Grande do Sul, por exemplo, essa regra é categórica, o artigo sempre aparece antes dos nomes próprios, já na região da baixada cuiabana a regra é variável, mas a preferência é pelo apagamento do artigo.

- **a partícula *se***

Seja em função recíproca, reflexiva ou pronominal, o *se* não existe na fala araguiense, assim como em determinadas regiões mineiras, onde sua ausência não indica variação diastrática. Em Sergipe e no Paraná, como atestam os respectivos atlantes linguísticos, mesmo entre os menos escolarizados, verifica-se o uso de tal partícula.

Com esse pequeno número de exemplos acreditamos ser possível defender uma das hipóteses aqui apresentadas, ou seja, de que os fenômenos linguísticos brasileiros apresentam-se de forma distinta nas diversas regiões brasileiras. Ressalta-se ainda que dos quatro fenômenos que apresentamos, somente o último é considerado uma inovação brasileira.

Uma vez descritos os fenômenos, passemos à terceira parte do texto, que seria um resumo da discussão sobre o tema que originou o título deste.

Conservação/Unidade X Inovação/Diversidade. Será?

Entre os que defendem o caráter conservador e unificado do português falado aqui no Brasil estão, entre outros, Gladstone Chaves de Melo, Sílvio Elia e Serafim da Silva Neto, os quais se apoiam em investigações de documentos redigidos no português do século XVI e nas condições externas sobre as

quais o português foi transplantado e difundido em nosso território para defender o caráter conservador e unificado de nossa língua.

Sílvio Elia (1975), que acredita que não houve influências de línguas indígenas e africanas no português do Brasil, afirma que o português já veio para cá pronto e acabado, e que, apesar de ter aqui evoluído, o processo ocorreu sem que houvesse alteração substancial na língua. O motivo apontado por Elia como responsável pela “ostensiva unidade do português falado no Brasil” (ELIA, 1975, p. 310) é a forma como se deu a processo de colonização e de penetração para o interior do país.

Chaves de Melo (1946), assim com o Elia, atribui a **notável**¹ uniformidade na fala “plebéia” às circunstâncias sobre as quais o Brasil se desenvolveu, além do importante papel do rio São Francisco, que teria servido como “*um importante elemento permanente de unificação*” (MELO, 1946, p. 75). O autor afirma que o português razoavelmente unificado se irradiou, por meio das Bandeiras, de um mesmo ponto para todas as partes do país. Para Chaves de Melo, com o tempo, surgem apenas algumas particularidades regionais, mas sem que possam configurar dialetos, já que nada haveria, quer no nível fonético, quer o nível gramatical que pudesse definir um dialeto.

Silva Neto (1963) afirma que a maneira como o português, uma koiné de notável uniformidade, se irradiou da costa para o interior do Brasil é responsável pela unidade e o conservadorismo de nossa língua. A diversidade encontrada no português aqui falado, são para o autor o resultado várias “linguagens”, ou utilidades da linguagem, são elas: a linguagem corrente falada, a linguagem popular, a língua escrita e a língua dialetal.

Os estudos de Paul Roberts (1994) ajudam na sustentação das teses defendidas pelos estudiosos citados acima, pois mostram que, ao contrário do que diz a intuição e o senso comum, quando um território é conquistado por um povo que aí impõe sua língua, embora nas duas localidades ela seja modificada, tais modificações ocorrem de forma mais acentuada e mais rápida no território original. Teria então o Brasil conservado mais que Portugal os traços do português da época do Descobrimento.

Uma outra constatação de Roberts é a de que a classe social privilegiada economicamente é a que promove maiores mudanças linguísticas, a classe trabalhadora é, ao contrário, mais conservadora.

Some-se a esses dois fatores, outros assinalados por Cunha

Tendo vivido mais de trezentos anos sem contacto com outros povos, sem imprensa, sem núcleos culturais de importância, com um número exíguo de escolas, a América Lusitana foi alcançando nesse largo período algumas das etapas que levam os povos aos estados linguísticos paralisantes. (CUNHA, 1986, p. 202)

O Brasil desenvolveria assim o cenário perfeito para a conservação do português quinhentista e a uniformidade da língua falada por seu povo.

Este não é, no entanto, o quadro que se tem da língua portuguesa falada hoje no Brasil. Muitos estudos têm mostrado vários traços de conservação do português quinhentista no Brasil. Por outro lado a heterogeneidade linguística é bem visível, tanto se o português for observado dentro dos limites

¹ Grifo nosso, com a intenção de chamar atenção para o adjetivo escolhido pelo autor.

territoriais de nosso país, quanto se for comparado com o português lusitano (PE). Acreditando que a dialeção entre o PB e PE é tanta que já se pode falar em dois idiomas distintos entre os dois países, alguns brasileiros lutaram arduamente pela “independência” de nosso idioma. Entre esses destacam-se os literatos Mário de Andrade e José de Alencar, este imprimiu uma frase que se tornou célebre pelo seu tom nacionalista apaixonado, questionava ele se “*o povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jaboticaba pode falar com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?*”.

As argumentações dos referidos escritores foram interpretadas por muitos como fruto de paixão nacionalista, sem bases científicas, por isso, muitas vezes refutados. No entanto, vários estudos gerativistas, dialetológicos e sociolinguísticos têm revelado que a diversidade linguística do/no português brasileiro é um fato real, comprovado cientificamente.

Não se desconsidera que haja uma relativa unidade na língua falada no Brasil, há uma estrutura, um sistema que permite aos brasileiros se identificarem como tal, mas para se falar em *notável* (ou qualquer outro adjetivo de valor semelhante) unidade seria preciso desprezar as variações inerentes a qualquer sistema linguístico, ou seja, é preciso, para isso, desconsiderar a fala da grande maioria dos brasileiros.

De fato, se a diversidade não fosse real, não ocorreriam problemas de compreensão como o que apresenta Bortoni-Ricardo (1984) registrado quando a pesquisadora tentava elicitare o uso do termo “agrado” na fala popular mineira, causada pela ausência do se, já tratada acima:

Benedeira - Outros traz um agradinho, um sabão assim...
Pesquisadora- Traz o quê?
Benedeira - Um agradinho de – alimento né?
Pesquisadora- Como é que a senhora chama?
Benedeira - Conceição Moreira

Apesar de reconhecer que muito está por se fazer em relação ao mapeamento do português falado no Brasil, Mattos e Silva (1994) acredita na impossibilidade da homogeneidade da língua aqui falada. A autora crê que

Diante da magnitude territorial e da heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos de sua história, o Brasil é, por definição, a nação da diversidade em qualquer aspecto que se queira considerar da sua vida social. A língua portuguesa no Brasil, impossível de ser de outra forma, reflete isso, apesar de uma visão redutora insistir na “espantosa”, “notável”, “esplêndida”, “apreciável” unidade do português do Brasil. (MATTOS E SILVA, 1994, p. 216)

A autora acredita também que “*o português hoje, no Brasil, nas suas variantes diversificadas, não é apenas dois, mas sob elas se reestrutura uma nova gramática*” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 21).

Lucchesi (apud. LOBO, 1994) afirma que o PB, além de diversificado é plural e polarizado, e os pólos seriam as normas vernáculas de um lado e as normas cultas de outro.

São muitos os estudiosos que concordam que o PB não é, de forma alguma, uma língua homogênea, sua diversidade é, ao contrário, bastante acentuada, alguns chegam a considerar que há no Brasil uma situação diglôssica. Assim diz Mary Kato (1993) ao referir-se às mudanças sintáticas que tem se processado no Brasil: “*O Brasil apresenta assim um caso extremo de ‘diglossia’ entre a fala do aluno que entre para a escola e o padrão da escrita que ele deve adquirir*” (KATO, 1993, p. 20).

A diversidade de que falam Kato e Lucchesi parecem se relacionar principalmente à estratificação social. Assim também considerou Paul Teyssier (1997), para quem, no Brasil as variações são predominantemente de natureza diastrática. O autor afirma que

As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto do que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos *horizontal* que *vertical* (TEYSSIER, 1997, p. 98)

1

2 **Tecendo algumas considerações**

Muitas pesquisas têm mostrado que os autores têm razão, mas não se pode desprezar o fato de que no eixo horizontal há também muita diferenciação, o exemplo mostrado acima, de Bortoni-Ricardo (1984), apresenta uma construção que é norma em toda uma região de Minas Gerais. Alguns estudos sobre a fala mineira mostram que a não-realização do reflexivo faz parte da fala de toda uma região mineira, ocorre tanto na fala rural quanto na fala culta, ou seja, uma região inteira se diferencia de outra por uma marca linguística que não distingue classes sociais em uma parte do Estado de Minas Gerais.

Mesmo em meio à admitida heterogeneidade do português brasileiro atual é possível perceber que há nele uma série de fatos lingüísticos que são pertencentes ao português arcaico, ou seja, o português brasileiro é conservador ou, pelo menos, possui muitos aspectos do português arcaico. Essa afirmação tem servido para muitos estudiosos como argumento para defender a unidade e uniformidade de nossa língua, já que a conservação dos traços é vista como sinônimo de manutenção da língua, da homogeneidade lingüística, portanto.

Celso Cunha (1986) aborda a complexa questão. Mesmo considerando que a escassez de trabalhos descritivos no Brasil não permite que se declare de forma precisa e definitiva se o português deste lado do Atlântico é conservador ou inovador, o autor sabe reconhecer que, embora se possa continuar defendendo o caráter conservador do PB, apoiando-se na documentação escrita disponível sobre o português arcaico, as publicações dos atlantes regionais brasileiros estariam fazendo desmoronar as teses sobre a unidade de nossa língua.

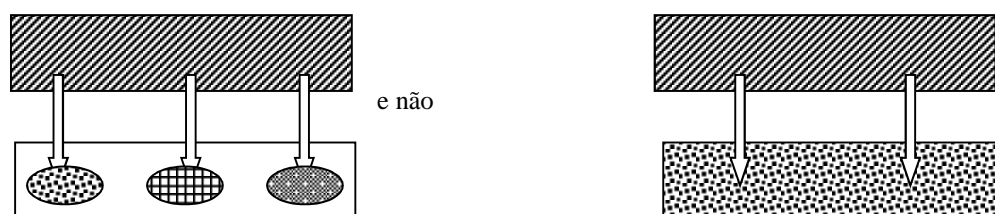
Assim, admitindo que se encontram muitos traços de conservação no PB e que a unidade é um mito que “*está sendo progressivamente desmentido pelos atlas lingüísticos que se vão publicando*” (CUNHA, 1986, p. 200) Cunha traz à tona uma questão problemática, embora não a tenha explicitado. Como defender a ideia de que uma língua pode ser ao mesmo tempo conservadora e diversificada?

A resposta pode ser encontrada no próprio Cunha (1975). Quando afirma que as regiões brasileiras não possuem fronteiras dialetais rígidas, que os dialetos regionais têm traços comuns entre si, mas que o conjunto dos traços é diferenciado em cada comunidade, Cunha elucida a questão.

A partir das argumentações de Cunha podemos assumir que, embora possa haver traços de conservação em todas as regiões brasileiras, tais traços não são os mesmos em todas as localidades, e, esse fato, por si só, já poderia ser responsabilizado pela diversificação do PB.

Saussure (1997) já nos alertava sobre os fatos de que não há estudos que comprovem que qualquer língua se modifique em uma única direção, em toda a extensão do território, mesmo contínuo, onde seja falada.

Para Saussure o que ocorre é que nas várias localidades em que uma língua é implementada, o processo de variação e mudança se dá de forma diferente, algo do tipo:



Com base nos postulados de Saussure sobre o desenvolvimento dos sistemas linguísticos e na tese de Cunha sobre a diversidade e conservação do PB, podemos assumir que temos em cada comunidade linguística brasileira um conjunto de traços conservadores e um conjunto de traços inovadores, que podem se combinar de várias maneiras. Tal combinação, exclusiva em cada macro ou micro-região brasileira não invalidaria as argumentações em defesa de traços pré-camonianos no PB, mas também não desconstrói as opiniões daqueles que afirmam que o português se realiza, em nosso território, de várias formas e, sendo assim, o que representariam formas diversas senão a diversidade?

Isso equivale a dizer que é perfeitamente possível que o PB tenha ainda muitos traços de conservação do português quinhentista, mas, por outro lado, é difícil que tais traços tenham se mantido, em toda a extensão do território brasileiro, do mesmo jeito, no sentido de não terem se combinado com os traços inovadores, incontestáveis no PB, de forma particular em cada uma das comunidades linguísticas deste país continental, ocorrendo ora de forma sistemática, ora variável, ora indicando marca social, ora não. Este quadro, por sua vez, equivale à ideia de que para que se possa definir *o que é* ou *como é* o português brasileiro não basta o conhecimento das probabilidades, as equações que indiquem como pode ou como deve ser a língua que falamos, ou seja, para que se possa conhecer todas as faces do português falado no Brasil, tarefa esta não mais adiável, é preciso que se atenda a solicitação de Silva Neto

Para o conhecimento da dialetologia brasileira precisamos de muitas monografias regionais – investigações de microscopia – a fim de que, expurgando o joio do trigo, possamos apresentar um panorama geral – trabalho de macroscopia – para falar com Schuchardt. Além disso é imprescindível organizar excursões linguístico-etnográficas para devassar o



interior brasileiro e recolher amplos materiais. Antes dessas tarefas não é possível chegarmos a conclusões seguras, sólidas. Faltar-nos-á o material em que esteemos a doutrina. (SILVA NETO, 1963, p.12)

Mesmo enquanto não se conclui o monumental trabalho idealizado por Silva Neto, é possível, pela observação dos numerosos trabalhos já existentes, argumentar em favor da dissociação dos termos conservação/unidade de um lado e inovação/diversidade de outro. Ou seja, as descrições apresentadas a público até o presente momento permitem que se caracterize o PB como conservador, mas também evidenciam uma grande diversidade, seja diatópica, seja diastrática. No Brasil, portanto, fala-se um português conservador com muitos traços inovadores e unificado em toda sua diversidade.

Referências

AGUILERA, V. de A. *Atlas lingüístico do Paraná*. 1994. Tese (Doutorado). UNESP. Assis-SP.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi Ltda, 1920.

BORTONI-RICARDO, S.M. Problemas de comunicação interdialetoal. Revista *Tempo Brasileiro – Sociolingüística e Ensino do Vernáculo*. Vol.78/79, 1984.

CÂMARA JR. J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 21.ed. São Paulo: Ática, 1972.

CASTILHO, A.T. & BASÍLIO, M. (orgs). (1996). *Gramática do português falado*. Vol IV- Estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP.

CASTILHO. C.M.M. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. In. MATTOS E SILVA. R.V. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. II- Tomo I. São Paulo: Homanitas/FFLCH/USP:FAPESP, 2001 -p.57-89

COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.



- _____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. Conservação e inovação no português do Brasil. in. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, 1986.
- ELIA, S. *Ensaio de filologia e lingüística*. 2.ed. Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, 1975.
- LOBO, T. *Variantes nacionais do português*. O Foco – n.º 12- Lisboa, 1994.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico – morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. De fontes sócio-históricas para a história social da lingüística no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R.V. (org). *Para a história do português brasileiro*. Vol. II. Tomo II. Primeiros estudos, 2001. p 275-301.
- MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1922.
- _____. *O linguajar carioca*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.
- _____. *O idioma nacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.
- ROBERTS, I. & KATO, M. *Português brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- ROBERTS, P. Speech communities. In CLARK, Virginia P. ESCHHOLZ, Paul & ROSA, Alfred. F. (eds). *Language – introductory readings*. New York: St Martin's Press, 1994. p.64-83.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. (aumentada e revista pelo autor). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.
- TEIXEIRA, J. de Ap. *O falar mineiro*. Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1938



EDIÇÃO Nº 12 – 2º SEMESTRE DE 2011

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 28/10/2011

ARTIGO APROVADO ATÉ 11/11/2011

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Pontes, 1997.

TOMANIN, C.R. *Fotografias da fala de Alto Araguaia-MT*. 2003. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas-SP.